

Competitividade em tempos de câmbio apreciado

Tharcisio Bierrenbach de Souza Santos¹

Durante todo o primeiro semestre de 2008, como de resto durante os últimos onze semestres, o real se apreciou consideravelmente perante o dólar norte-americano. Esse movimento de valorização, que corresponde a aproximadamente 9,5%, foi conseqüência de uma série distinta de fatores, entre os quais os mais relevantes são a queda do valor da moeda norte-americana em virtude da crise financeira naquele país, o grande afluxo de recursos que tem se dirigido ao Brasil em função de termos alcançado o grau de investimento e a elevação dos preços de commodities agrícolas e minerais, que ainda correspondem a uma parte importante de nossas exportações. Essas questões deverão dominar o cenário macroeconômico do próximo semestre, uma vez que os resultados desse processo começam a afetar as contas externas do país. Num primeiro momento, enquanto se mantém o superávit comercial apesar da grande redução sofrida, a questão se encontra nas contas-correntes do balanço de pagamentos.

O Brasil, depois de ter realizado um importante ajuste de contas externo em 2002, que teria tido contornos dramáticos não fosse o sistema de metas de inflação vigente desde 1999, voltou a operar suas contas externas em déficit: as contas-correntes, que resultam da adição do balanço de serviços à balança comercial, fecharam em déficit no início de 2008 e esse déficit cresceu nos cinco primeiros meses, para declinar ligeiramente em junho.

A contra-argumentação poderia ser que o déficit exibido em contas-correntes até o momento não é relevante, até porque o Brasil conta com a maior reserva de divisas acumulada em toda sua história (cerca de US\$ 200 bilhões) e a conquista do grau de investimento manteve e até acelerou a entrada de investimentos diretos e mesmo financeiros no país. Assim, argumentariam os mais otimistas, não existem quaisquer riscos imediatos de faltar financiamento externo para o déficit de conta-corrente do balanço de pagamentos.

Ocorre, no entanto, que além da fragilidade que um déficit em conta-corrente representa, o mais grave é a contínua erosão da competitividade externa dos produtos brasileiros. Parte dessa perda de competitividade foi camuflada, durante o período 2004/2007, pela grande expansão sofrida nos preços das commodities no mundo inteiro. A partir de agora, parece claro que, com a inflação mundial crescendo e com o esforço de todos no sentido de limitar as conseqüências da elevação seguida dos preços de matérias primas, a perda da competitividade vai afetar de maneira mais significativa o comércio exterior brasileiro.

Como, no momento atual, é inútil abandonar a política de câmbio flexível e o sistema de metas de inflação, que se constituem na alternativa mais moderna e adequada para enfrentar a

¹ Economista, Doutor em História Econômica. Vice-Diretor da Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado e Diretor do FAAP-MBA. E-mail: tsantos@faap.br

administração das contas externas, é preciso que o governo seja capaz de mobilizar outras forças, que não as da política cambial, para elevar a competitividade brasileira.

Uma forma de melhorar a competitividade brasileira está nos investimentos em educação e em tecnologia. A melhoria da educação brasileira, em todos os níveis, seria uma forma de preparar recursos humanos de melhor qualidade e, portanto, em condições de expandir a produtividade do país. Infelizmente os investimentos em educação têm sido feitos muito mais nas construções de equipamentos escolares de melhor qualidade do que no desenvolvimento de professores mais qualificados e melhor remunerados. De nada adianta contar com recursos físicos de melhor qualidade, se os professores não estão adequadamente preparados e devidamente motivados para exercer sua tarefa. Não se constrói um país competitivo sem um forte investimento na qualificação e remuneração dos educadores.

Por outro lado, devemos examinar a questão tecnológica. É fundamental que o governo, através de seus instrumentos como FINEP e BNDES, se lance a uma cruzada em prol do desenvolvimento de tecnologia. Os poucos recursos disponíveis, cerca de 0,6% do PIB, têm sido aplicados de maneira pouco focada, de modo que os resultados são bastante desanimadores: é muito reduzido o número de novas patentes requerido no Brasil. Seria necessário um maior foco nos investimentos tecnológicos, ampliando seu volume e procurando desenvolver setores em que o país poderá aproveitar o conhecimento gerado com a brevidade que a conjuntura internacional está exigindo.

Se compararmos a gestão brasileira das questões educacionais e tecnológicas, muitas vezes interligadas, com o modelo desenvolvido nos países asiáticos, veremos que temos perdido um conjunto importante de oportunidades. Basta, por exemplo, comparar o desenvolvimento recente da Coreia do Sul com o nosso, para verificar que esses setores, a despeito do horizonte de longo-prazo que os caracterizam, podem representar um grande salto qualitativo no país. Este é um assunto de importância capital e a ele voltaremos oportunamente.